

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PLANOS DECENAIS DE EDUCAÇÃO EM PAÍSES LUSÓFONOS¹

Coordenação:
Elisangela Alves da Silva Scaff
Universidade Federal do Paraná (Brasil)
elisscaff@gmail.com

Autores:
Chocolate Adão Brás
Instituto Superior Politécnico Sol Nascente (Angola)
chocolatebras@gmail.com
Fabio Perboni
Universidade Federal da Grande Dourados (Brasil)
fabioerboniufgd@gmail.com
Maria Alice de Miranda Aranda
Universidade Federal da Grande Dourados (Brasil)
mariaalicearanda@gmail.com
Regina Tereza Cestari de Oliveira
Universidade Católica Dom Bosco (Brasil)
reginacestari@hotmail.com

Eixo 1: Políticas de avaliação e prestação de contas em educação

Resumo

Introdução: Este simpósio tem como objetivo discutir o monitoramento e a avaliação dos planos decenais de educação em dois países lusófonos, quais sejam: Angola e Brasil. Tais países compartilham um histórico comum de colonização portuguesa e de avanços democráticos a partir do século XX. No Brasil, essa conjuntura se fortalece com o fim da ditadura civil-militar, na década de 1980, e em Angola, com o fim da guerra civil, no início dos anos 1990. A reabertura democrática nesses países ensejou a sistematização de planejamento das atividades do Estado, entre elas, as relativas ao campo da educação. O Plano Nacional de Educação vigente no Brasil (BRASIL, 2014) compreende o período de 2014 – 2024 e o Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação de Angola (ANGOLA, 2017) vigora entre os anos de 2017 a 2030.

Por ser um país de organização política unitária, Angola compreende em seus planos políticas que serão desenvolvidas em todas as províncias, já o caráter federativo da

¹ Pesquisa desenvolvida com financiamento da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT) e Bolsa produtividade em pesquisa do CNPq.

organização política brasileira exige que estados, municípios e Distrito Federal elaborem seus planos específicos, que orientarão suas políticas para a educação no decorrer de sua vigência (SCAFF, SOUZA, PAXE, 2018). A análise desenvolvida, portanto, implica em considerar um único plano, no caso de Angola, e mais de cinco mil planos, dado o número de estados e municípios com planos decenais aprovados no Brasil.

Nesse cenário, o objetivo dos textos apresentados se concentra em identificar como tem sido realizado o monitoramento e a avaliação dos planos decenais de educação em dois estados e dois municípios brasileiros e no Estado nacional angolano.

A metodologia adotada para o estudo foi de cunho documental, compreendendo essencialmente o Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação de Angola, dois planos estaduais e dois planos municipais de educação brasileiros, respectivamente dos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, bem como seus relatórios de monitoramento e avaliação. O levantamento de dados foi realizado na página eletrônica do Ministério da Educação de Angola e por meio de contatos com integrantes e ex integrantes do quadro administrativo do referido Ministério. No Brasil, os dados foram obtidos por meio das páginas eletrônicas do Plano Nacional de Educação (PNE em Movimento), do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), do Fórum Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul e do Fórum Municipal de Educação de Campo Grande, MS.

Desenvolvimento: De forma mais ampla, pode-se caracterizar o planejamento como uma atividade humana presente no cotidiano de todos os indivíduos, pela qual estes estabelecem objetivos a serem atingidos e formulam estratégias de ação para alcançá-los, avaliando, durante o percurso, as possibilidades de continuidade ou necessidades de revisão do que foi planejado inicialmente (SCAFF, 2007). No âmbito do Estado, o planejamento é destacado como elemento indispensável, com vistas a conferir racionalidade técnica e política às suas ações, tanto no campo econômico quanto na esfera social.

O planejamento da educação surge ao longo do século XX e adquire características específicas de acordo com a organização sócio-política dos países. No caso dos países periféricos, como Angola e Brasil, destaca-se a atuação das Agências Multilaterais como indutoras de políticas nacionais de planejamento, a partir da concepção da teoria do capital humano (SCHULTZ, 1973). Segundo esta concepção, a educação é considerada

um rentável investimento, tanto em caráter individual quanto no plano do desenvolvimento das nações, e o planejamento, nesse contexto, possui caráter sócio econômico, uma vez que contribui para o aumento da eficiência e da produtividade do Sistema Educacional, e conseqüente aumento da eficiência e da eficácia da escola na formação do indivíduo para o mercado de trabalho.

No presente texto, compreende-se o planejamento como um processo que abarca desde as forças que disputam os elementos que irão integrar o texto do plano, passando pelo monitoramento e a avaliação desse plano, de modo a acompanhar sua implementação, sugerindo ajustes, redirecionamentos, alterações, entre outras ações.

Monitoramento e avaliação são compreendidos como um conjunto de procedimentos técnicos, sistemáticos, de cunho analítico e contínuo, que possibilitam a avaliação situacional e a intervenção oportuna. Constituem-se, assim, em etapas fundamentais do planejamento educacional, as quais visam garantir a materialização das prioridades e estratégias definidas nos planos em políticas educacionais.

A partir desse entendimento, o monitoramento se constitui em procedimento imprescindível para o exercício da avaliação, instrumento essencial para a gestão. Já a avaliação tem como objetivo evidenciar, selecionar e sistematizar informações que subsidiem a adequação de programas e projetos, visando ao alcance dos objetivos traçados. Tal compreensão confere à avaliação um cunho diagnóstico, técnico e político, de modo a dimensionar e caracterizar o fenômeno objeto da intervenção, possibilitando uma análise detalhada dos mecanismos de intervenção, desde o cumprimento dos objetivos, o impacto social, a capacidade de inovação e de rearranjo do projeto. Na esfera pública, o monitoramento e a avaliação devem ser organizados de forma articulada, a partir de informações de viés técnico, operacional e político, sem que um procedimento se sobreponha ao outro.

O simpósio está organizado em três trabalhos: os dois primeiros integram o projeto de pesquisa intitulado “Monitoramento dos planos decenais de educação dos estados de Mato Grosso do Sul (MS) e Paraná (PR)”, financiado pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (Fundect). O referido Projeto de Pesquisa tem como objetivo analisar a dinâmica do planejamento da educação em nível local, após a aprovação do PNE (2014-2024), com vistas a identificar os mecanismos de elaboração, implementação, monitoramento e

avaliação atinentes a esse processo em dois estados e dois municípios brasileiros. O monitoramento dos PME configura-se na legislação como atribuição dos Conselhos Municipais de Educação (CME), dos Fóruns Estaduais e Municipais de Educação e de Comissões nacionais e locais constituídas pelos Municípios, com vistas a acompanhar a implementação e a promoção do controle social desses Planos. Os textos que compõem este painel apresentam resultados de pesquisa sobre os processos de monitoramento e avaliação dos planos estaduais e municipais de educação nos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul e um município em cada estado, no período de 2017 a 2020.

O terceiro trabalho passou a integrar a pesquisa sobre planejamento educacional em países lusófonos, com o desenvolvimento da pesquisa sob o título “Monitoramento e Avaliação no Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação de Angola”. Angola teve seu primeiro Plano de Educação aprovado em 2017, cujo texto garante a realização de processo de “monitorização e avaliação”, no entanto, não foram localizadas informações oficiais que confirmem a realização dessas etapas do processo de planejamento educacional no país.

Conclusão: Embora Angola e Brasil apresentem cenários nacionais tão diversos, bem como processos de elaboração, monitoramento e avaliação dos seus planos educacionais marcados por vieses diferentes, se destacam como elementos comuns entre os países a existência de planos educacionais recentes, elaborados na segunda década do século XXI e limitações recorrentes quanto ao monitoramento e avaliação dos mesmos, o que evidencia concepções equivocadas de planejamento educacional, cujo processo é concluído com a publicação do plano, encaminhamento que sinaliza para sua fragmentação, o que fragiliza e potencialmente inviabiliza a implementação dos referidos planos.

Referências:

ANGOLA. **Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação de Angola**. Luanda: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. DOU de 26/06/2014, edição extra, Brasília, 2014.

SCAFF, E. A. S. **Planejamento da educação e cooperação internacional**: uma análise dos programas Monhangara e Fundescola. (Tese de doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

SCAFF, E. A. S., SOUZA, K. R., PAXE, I. Implicações da nova Gestão Pública para a educação: Análise comparativa entre Brasil e Angola. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 26, n. 129, 2018.

SCHULTZ, T. W. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

Monitoramento e Avaliação nos Planos Decenais de Educação de Mato Grosso do Sul (Brasil)

Fabio Perboni

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

fabiooperboniufgd@gmail.com

Maria Alice de Miranda Aranda

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

mariaalicearanda@gmail.com

Regina Tereza Cestari de Oliveira

Universidade Católica Dom Bosco (Brasil)

reginacestari@hotmail.com

Este texto tem como objetivo discutir como vem se constituindo o processo de monitoramento e avaliação do Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (PEE/MS) e do Plano Municipal de Educação (PME) de Dourados, o segundo maior município do estado, localizados na região Centro-Oeste do País. A metodologia fundamenta-se na análise bibliográfica e documental, por meio de dados obtidos na página eletrônica do Ministério da Educação (MEC), da Secretaria de Estado de Educação (SED) e da Secretaria Municipal de Educação de Dourados (SEMED), sobretudo os relatórios produzidos pelas Comissões de Monitoramento e Avaliação do PEE/MS (CMAPEE/MS) e do PME de Dourados (CMMA/PME). Os resultados da pesquisa mostraram o protagonismo do Fórum Estadual de Educação de MS na elaboração do primeiro relatório, com mecanismos para monitoramento e avaliação dos planos de MS. A CMAPEE/MS disponibilizou dois relatórios, concernentes ao ciclo 2015/2016, em 2018, e ao período de 2017 a 2020, em 2022, ambos com coordenação centralizada na SED/MS e apoio da equipe técnica. Em âmbito municipal, a composição da CMA/PME foi alterada com a substituição da administração na SEMED, decorrente da mudança de Prefeito. A Comissão apresentou o relatório de avaliação dos anos de 2018 e 2019 e, em audiência pública, divulgou o relatório do biênio 2020/2021. Observou-se que, nesse

cenário, houve diminuição da participação social, incoerente com o movimento de construção coletiva dos planos decenais de educação.

Palavras-chave: Planos decenais de Educação; Monitoramento e Avaliação; Mato Grosso do Sul.

Monitoramento e Avaliação nos Planos Decenais de Educação do Paraná (Brasil)

Elisangela Alves da Silva Scaff
Universidade Federal do Paraná (Brasil)
elisscaff@gmail.com

O presente texto tem como objetivo identificar as configurações da interface socioestatal estabelecida na metodologia de elaboração, monitoramento e avaliação do Plano Estadual de Educação do Paraná (PEE-PR) e do Plano Municipal de Educação de Curitiba, considerando precipuamente as orientações do processo de coordenação federativa exercido pelo governo federal. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho documental, desenvolvida por meio de levantamento nas páginas eletrônicas do Plano Nacional da Educação da Secretaria de Estado de Educação do Paraná, da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba, dos Conselho Estadual e municipal de Educação, dos Fóruns Estadual e Municipal de Educação e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Os resultados apontam para a centralidade do papel da União na coordenação das ações atinentes ao PEE e do PME, a contração desse movimento no cenário político pós 2016, tem fragilizado a interface socioestatal nas etapas de monitoramento e avaliação dos planos, resultando na inexistência de relatórios de monitoramento ou avaliação no município de Curitiba, cujo Fórum Municipal de Educação foi extinto após a aprovação do plano. Em âmbito estadual consta a elaboração de um relatório técnico preliminar, que desconsidera o princípio da interface socioestatal, fato também associado ao esmaecimento do Fórum Estadual de Educação, a partir de 2016, e aparente extinção em 2019.

Monitoramento e Avaliação no Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação de Angola

Chocolate Adão Brás
Instituto Superior Politécnico Sol Nascente (Angola)
chocolatebras@gmail.com

O Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação de Angola (2017-2030) foi elaborado por uma comissão multisetorial criada pelo Despacho Presidencial nº 19/15 e apresenta 13 Programas de Ação, sendo o último deles intitulado “Implementação da Avaliação do Sistema de Educação e Ensino”, que traz como um de seus tópicos a “implementação, monitorização e avaliação do PNDE 2030”. Embora Angola se caracterize por um sistema político unitário, seu plano considera que a implementação se dá no âmbito das províncias, comunas e escolas, fato pelo qual é atribuído à Unidade de Coordenação Técnica do Ministério da Educação (MED) realizar a interface entre os órgãos centrais e as Direções Provinciais da Educação. Em levantamento sobre a efetividade dessas reuniões, realizou-se consulta à página eletrônica do MED, na qual não foi encontrada qualquer informação a respeito do plano ou de reuniões dele decorrentes. Em vista da ausência de informações públicas, realizou-se consulta a quatro integrantes da comissão de elaboração do plano, cujas respostas indicam que o documento acabou por não ser aprovado pelo novo governo do país, que tomou posse em setembro de 2017. Sugerem ainda que as autoridades do MED nomeados no novo governo terão engavetado o documento, ignorando o conjunto de programas de ação de médio e longo prazo previstos visando o desenvolvimento do setor.